



Beto Simonetti

‘Inquéritos perpétuos são ilegais’, afirma presidente da OAB

— *Simonetti questiona duração do inquérito das fake news no STF e sugere um código de ética para ministros*

ENTREVISTA

Com 25 de advocacia, está no 2.º mandato na presidência do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Tem 47 anos

**FAUSTO MACEDO
FELIPE DE PAULA**

O advogado Beto Simonetti, presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, diz que “inquéritos perpétuos são ilegais”. Seu recado é dirigido ao Supremo Tribunal Federal (STF), que mantém aberto, desde março de 2019 e sem perspectiva de conclusão, o famoso inquérito das fake news, já denominado “inquérito do fim do mundo”. A papela-da reúne de tudo um pouco – ameaças e difamações a ministros da Corte, informações falsas, “gabinete do ódio” atribuído a bolsonaristas, milícias digitais, vazamento de dados, etc.

Em entrevista ao **Estadão**, Simonetti afirma que a Ordem já levou ao STF sua oposição à investigação que nunca termina e está sob a tutela do ministro Alexandre de Moraes. Ele diz ainda que não tem nenhum contrato de R\$ 130 milhões em causa sob o crivo da Corte – como o que Daniel Vorcaro, do Master, assinou com a advogada Viviane Barci de Moraes, mulher do ministro. “A OAB fez constar do Código de Processo Civil regras que impediam juízes de julgarem processos de partes que tenham sido representadas por seus parentes, ainda que em outras ações. O STF afastou essas regras e não houve reação.”

Por que a Ordem demora para agir diante da crise que abala o STF?

Há décadas, a OAB vem defendendo propostas de reformas para o Judiciário, como a criação do CNJ (*Conselho Nacional de Justiça*), a fixação de mandatos para ministros do STF e a regulação da advocacia de pa-

rentes de juízes. Temos recebido incontáveis queixas de abusos cometidos por integrantes do Judiciário. A OAB luta para construir uma solução para a crise. Fazemos isso sem fulanizar as questões.

Defende mandato para ministros dos tribunais superiores? De quantos anos?

Parece razoável o tempo de 12 anos. Estamos propondo aos presidentes da Câmara e do Senado que pautem essa matéria como prioridade.

O sr. é a favor de uma mudança na forma de escolha dos ministros? Por quê?

Não faz sentido todos os membros do STF terem origem na livre nomeação do presidente da República. Pluralizar a escolha e exigir critérios mínimos serão uma medida muito importante para o futuro do STF.

O fato de a indicação passar pelo chefe do Executivo não compromete a isenção do ministro?

Na história do STF, vários ministros proferiram decisões que contrariaram os presidentes que os indicaram. Por outro lado, há casos de juízes concursados que atuaram com parcialidade. O mais importante é incluir no processo opiniões técnicas e conectadas com as demandas do cidadão, usuário final da Justiça.

Qual é a sugestão para um Supremo independente?

O Supremo já é independente. O que pode tornar o STF e todo o Judiciário ainda melhores e mais próximos ao que determina a Constituição é o enfrentamento do abuso de autoridade, o fortalecimento do direito de defesa e o cumprimento de leis que disciplinam a magistratura.

Qual é o código de ética ideal para os ministros?

O ideal é o respeito à Lei Orgânica da Magistratura, que determina deveres como imparcialidade, discricção e responsabilidade. Esses princípios podem ser detalhados em um código do STF que trate de pontos que a sociedade gostaria de esclare-

RAUL SPINASSÉ / NOVO SELO/OAB NACIONAL



“O Supremo já é independente. O que pode tornar o Supremo e todo o Judiciário ainda melhores e mais próximos ao que determina a Constituição é o enfrentamento do abuso de autoridade, o fortalecimento do direito de defesa e o cumprimento de leis que disciplinam a magistratura”

cer, como a participação em eventos e o julgamento de casos defendidos direta ou indiretamente por parentes de juízes.

O presidente do STF encontra forte resistência na própria Corte para aprovar um manual de conduta. Como ele deve proceder para derrubar essa parede?

Espero que os ministros tenham sabedoria para, pelo diálogo e sob a coordenação de seu presidente, encontrar o melhor caminho para preservar a instituição e corresponder aos anseios da população.

Pesquisa AtlasIntel/Estadão divulgada na sexta-feira mostra que 60% dizem não confiar na Corte, ante 34% que dizem confiar. O sr. confia no STF?

A OAB confia nas instituições. O STF é essencial para a guarda da Constituição, a proteção dos direitos fundamentais e a estabilidade democrática. Ao mesmo tempo, é legítimo que a sociedade manifeste percepções e cobre transparência, imparcialidade e respeito ao devido processo legal.

O levantamento indica que o ministro André Mendonça é o único com avaliação positiva, com 43%; já Dias Toffoli se encontra no extremo oposto, rejeitado por 81%. O sr. confia em algum ministro? Por quê?

Não cabe à OAB fazer avaliações individuais de ministros. A confiança da sociedade decorre da observância de regras claras, como os critérios de impedimento e suspeição, da transparência e do respeito às garantias fundamentais. É esse o caminho para assegurar a imparcialidade das decisões e o fortalecimento do Judiciário.

O sr. tem contrato de R\$ 130 milhões com algum alvo do STF?

Não tenho. Mas só respondo a essa pergunta porque devo satisfação à classe que represento. No Brasil, a lei define que as atividades e a remuneração da advocacia são protegidas por sigilo. A Constituição prevê o sigilo de fonte para o jornalista e o sigilo profissional para o advogado. Sem essas proteções, não há liberdade de expressão nem direito de defesa.

O caso Master deve ficar sob a alçada do STF?

A OAB solicitou acesso à íntegra do processo porque tem preocupações. A principal é que as instituições impeçam os oportunistas de plantão de criarem uma nova Lava Jato, usando um suposto combate à corrupção como desculpa para violar direitos e destruir empresas e empregos a troco de alimentar a própria vaidade e projetos pessoais. Possíveis crimes devem ser investigados e julgados se-

gundo a lei. A espetacularização mostrou seus efeitos ao Brasil.

Alexandre de Moraes tem condições de permanecer na Corte?

Eu acredito na presunção de inocência e no direito ao contraditório para todos.

Ministro tem independência para conduzir inquérito contra um amigo dele?

A lei estabelece as hipóteses de impedimento e suspeição. Esses são critérios objetivos e cabíveis no estado democrático de direito.

O sr. tem se empenhado em restabelecer o direito de seus pares a fazerem sustentação oral no STF. Querem calar a advocacia?

A sustentação oral é o momento mais direto na relação entre cidadão e Estado. Impedir a sustentação afronta a democracia e sabota o direito de apresentar pleito ao Estado.

Como barrar inquéritos sem fim do STF?

Inquéritos perpétuos são ilegais. A OAB formalizou essa posição ao STF, por escrito. Dirigentes das OABs de todos os Estados e eu nos reunimos com o ministro Fachin para reiterar esse pleito.

Como vê a atuação da PGR em meio à crise no STF? O jurista Walter Maierovitch defende que o Senado, amparado na Constituição, vote a revogação do mandato de Paulo Gonet.

A OAB atua pela pacificação e segurança jurídica. Se o PGR ou qualquer membro do MP impedir o trabalho da advocacia, atuaremos de modo incisivo, pela via jurídica e institucional. Sobre o mérito do caso concreto, cabe aos advogados das partes adotar as medidas que julgarem cabíveis.

Advogados que têm laços familiares com ministros podem exercer a advocacia nos tribunais superiores?

A OAB fez constar do Código de Processo Civil, há dez anos, regras que impediam juízes de julgarem processos de partes que tenham sido representadas por seus parentes, ainda que em outras ações. Também estendemos a quarentena dos magistrados aos escritórios de advocacia. O STF afastou essas regras e não houve reação da imprensa nem da sociedade. Queremos encontrar soluções compatíveis com a Constituição.

O CNJ deveria ter competência para fiscalizar o STF?

Parece razoável. É uma pergunta secular do Direito: “Quem fiscaliza os fiscalizadores ou quem julga os julgadores?” A Constituição estatui o sistema de freios e contrapesos e o controle recíproco entre os Poderes. ●